



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
CURSO DE BACHARELADO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO**

Ana Carolina da Silva Melo

A influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade do Recife: reflexões sobre consumo e cotidiano de estudantes universitários da UFRPE

Recife 2024

Ana Carolina da Silva Melo

A influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade do Recife: reflexões sobre consumo e cotidiano de estudantes universitários da UFRPE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências do Consumo/DCC para obtenção de título bacharel em Ciências do Consumo

**Orientação: Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
Área de Estado, Sociedade e Relações de Consumo/DCC**

Recife 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M528ai MELO, ANA CAROLINA DA SILVA
A influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade do Recife:: reflexões sobre consumo e cotidiano de estudantes universitários da UFRPE / ANA CAROLINA DA SILVA MELO. - 2024.
52 f. : il.
- Orientadora: Raquel de Aragao Uchoa Fernandes.
Inclui referências e apêndice(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências do Consumo, Recife, 2024.
1. Direito à cidade. 2. educação superior. 3. juventude no Recife. 4. gentrificação. 5. colonialidade. I. Fernandes, Raquel de Aragao Uchoa, orient. II. Título

ANA CAROLINA DA SILVA MELO

**A INFLUÊNCIA DA COLONIALIDADE NAS VIDAS VIVIDAS NA CIDADE DO
RECIFE: REFLEXÕES SOBRE CONSUMO E COTIDIANO DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS DA UFRPE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências do Consumo do Departamento de Ciências do Consumo, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Banca Examinadora:

Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
(Orientadora)

Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos
(Avaliador Externo)

Me. Ivna Borges da Costa
(Avaliadora Interna)

Recife 2024

AGRADECIMENTOS

Bom, uma folha é muito pouco para descrever a quantidade de pessoas e acontecimentos importantes que tornaram possível a minha jornada nesta graduação em Ciências do Consumo. Colegas de sala de aula e professores foram indispensáveis desde o início, quando tudo era novo e pôde ser divertido. Podia ter sido diferente se eu tivesse feito outras escolhas e começado diferente, mas acredito que não foi por acaso. Então gratidão.

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe e aos meus três irmãos por terem me apoiado financeira e afetivamente, além da compreensão e paciência. Agradeço ao meu pai e à minha madrastra pelo mesmo. Vocês foram e são importantes para mim. Meus avôs e avós, que estão descansando em paz, em memória, o meu muito obrigada por todo o carinho que me deram da forma que foi possível.

Um agradecimento especial à minha namorada e meu grande e verdadeiro amor, Vanessa Fernandes, que esteve comigo diariamente no processo de produção deste trabalho, pelo companheirismo, pela verdade, pela troca recíproca de afeto e pela paixão mútua.

Eu fui bolsista BIA, então agradeço à FACEPE e aos seus trabalhadores. Agradeço à equipe idealizadora do projeto Observatório da Família pela contribuição com o meu aprendizado e despertar crítico. Também, à minha professora e orientadora Raquel Uchôa. A, toda a estrutura física da UFRPE, tais quais, salas de aula, laboratórios, restaurante universitário, micro-ônibus circular e bibliotecas não serão esquecidos tão rapidamente por terem feito parte da minha rotina nesta graduação.

Não somente aos movimentos internos e as amigadas que me agraciaram com conselhos, conversas e boas risadas, mas também aos terceirizados e terceirizadas o meu muito obrigada, ainda a todos(as) os(as) recepcionistas.

Obrigada, também aos(às) leitores(as), autores, artistas, escritores e interessados no direito à cidade.

“A filosofia não pode se realizar sem que a arte (como modelo de apropriação, do tempo e do espaço) se complete plenamente na prática social e sem que a técnica e a ciência, enquanto meios, sejam plenamente utilizadas, sem que supere a condição proletária. [...] Filosofar é, portanto, próprio do existir – na medida em que a transcendência faz parte da constituição ontológica do ser-á – mas um existir que põe em marcha sua própria essência. Nesse sentido, o limite da ciência é a própria filosofia. E justamente por ser seu limite, por fazer aquilo que a ciência já não pode fazer, compreender a filosofia torna-se fundamental para conquistar uma definição completa e satisfatória da ciência.”

(Maria Eugênia Zabotto Pulino pensando/parafreando Heidegger.)

RESUMO:

A presença da periferia na universidade é uma luta histórica, e para além da ampliação do direito ao acesso, acumulada desde a defesa das cotas raciais, sociais e para alunos da rede pública, é urgente pensar a permanência e conclusão da juventude periférica que chega às universidades. A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, apresentado ao Departamento de Ciências do Consumo/DCC, nasce e se volta para a reflexão da relação entre as classes sociais no cotidiano da cidade do Recife. Se fundamenta a partir da análise da *influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade do Recife*. Refletimos de forma mais detida as experiências cotidianas vivenciadas por estudantes periféricos/as a partir do acesso ao ensino superior, com ênfase para a experiência deste grupo em diferentes cursos da UFRPE/ campus Recife. De modo geral este é um trabalho que se volta para as reflexões do direito a cidade a partir de um exercício de reflexão no campo do consumo, considerando que as relações estabelecidas no cotidiano com as espacialidades, serviços e produtos são relações de consumo mediadas por elementos relativos à interseccionalidade, toma Recife e a UFRPE como estudo de caso. Inicialmente buscamos compreender os impactos da colonialidade nas diferentes relações de consumo na sociedade recifense contemporânea e posteriormente como isso incide no cotidiano de estudantes periféricos/as que acessam o ensino superior. A justificativa se sustenta no fato de que na cidade do Recife há, diante da perspectiva colonial ainda presente, imposições e violências simbólicas e concretas que afetam o direito de viver e habitar a cidade, exemplo do projeto “Novo Recife”, dos desafios à mobilidade urbana na conciliação do tempo educação/trabalho, na atuação da polícia e/ou outros mecanismos de controle nos espaços periféricos. Consideramos que as formas assumidas pelo espaço social contemporâneo, que são vivenciadas todos os dias nos diferentes trânsitos pela cidade, nos usos dos espaços públicos e privados, produz de forma histórica, cotidiana e reiterada barreiras para acesso a direitos, espaços, serviços e produtos. Neste sentido o presente estudo tem como objetivo geral compreender as formas da colonialidade nas diferentes relações de consumo na sociedade recifense contemporânea, com destaque para as experiências de estudantes da UFRPE. Os objetivos específicos se voltam para refletir sobre o perfil socioeconômico dos estudantes que acessam o ensino superior no Brasil e na cidade do Recife; analisar a influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade por estudantes periféricos/as que acessam o ensino superior, refletindo sobre as formas assumidas pela colonialidade neste cotidiano, considerando aspectos relacionados para as desigualdades interseccionadas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que se fundamentará na observação participante e que toma Recife como estudo de caso. Enquanto resultados apontamos a possibilidade de contribuição das ciências do consumo para a produção de conhecimento sobre as vidas vividas na cidade, a partir da perspectiva da juventude recifense e a possibilidade de apresentação sobre a influência da colonialidade/neocolonialidade nas relações de consumo de estudantes periféricos/as que acessam a educação superior. Compreendendo que estudos neste campo podem possibilitar a expansão de políticas para acesso, permanência e conclusão da educação em nível superior da juventude periférica brasileira e recifense.

Palavras-chaves: Direito à cidade, educação superior; juventude no Recife; gentrificação; colonialidade.

INTRODUÇÃO	8
O DIREITO À CIDADE COMO UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	13
ASPECTOS ACERCA DA DESIGUALDADE/COLONIALIDADE EM RECIFE	17
ESTUDANTES PERIFÉRICOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	21
REFLEXÕES SOBRE CONSUMO E COTIDIANO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFRPE: A INFLUÊNCIA DA COLONIALIDADE NAS VIDAS VIVIDAS NA CIDADE DO RECIFE	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

**“Na madrugada fazendo esse reggae
Com os meus amigos, sem nada que eleve
Alto astral na rua da Aurora
Lembro velho Chico e SRX na hora da bola
Risoflora pitanga africana
Com seus lindos olhos, olhando pra mim
Recife cidade maravilhosa
Eu dou pulo em Olinda, mergulho no Janga
Quer viver, vem pra cá
Vamos ver, vadiar
Ao som dos Cabeça, que faz você dançar”**

Recife. Os cabeça de rádio, 2019. Composição: Neto Costa

Cabeças de rádio é uma banda pernambucana que nasce com os pés descalços por entre a mata, o rio e as lajes da comunidade da UR-7 Várzea, no Recife. Da fusão entre o novo e o antigo, surge um som que transita do Rock ao Brega, da Cultura Popular à Psicodelia Nordestina, passeia por vários ritmos e conceitos, é um rádio bipolar e sintonizado no mundo que mistura e refina ideias ancestrais com o campo do que é moderno e tecnológico com a mensagem de evolução através da arte.

INTRODUÇÃO

A desigualdade em Recife, Pernambuco e no Brasil tem raízes históricas e está fundamentada na formação social deste país, uma colônia de exploração organizada a partir da exploração e violência do trabalho forçado de pessoas escravizadas. O último país das américas a fazer a abolição, ainda em um processo inacabado, produz e reproduz sociabilidades urbanas e formas de se viver e habitar às cidades que resguardam heranças concretas e simbólicas deste passado colonial, que culmina diretamente sobre as formas de organização dos cotidianos nesta cidade e nas diferentes oportunidades de uso e acesso aos direitos e espaços públicos e privados.

Este trabalho de conclusão de curso em Ciências do Consumo se volta para reflexões sobre consumo e cotidiano de estudantes universitários da UFRPE na cidade do Recife. Apresentamos a influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade, nos voltamos para estas reflexões a partir do perfil de estudantes universitários/as da UFRPE, com recorte para estudantes periféricos/as. Os objetivos específicos se voltam para compreender a cidade do Recife a partir da perspectiva de estudantes periféricos/as que acessam o ensino superior e analisamos alguns elementos da influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade por estudantes que tenham este perfil e acessam a Universidade, vivenciando uma série de barreiras à permanência e conclusão dos cursos.

Refletindo sobre as formas assumidas pela colonialidade neste cotidiano, consideramos aspectos relacionados para as desigualdades interseccionadas de se viver e habitar as cidades. A referência à interseccionalidade, pensada enquanto ferramenta teórica e metodológica usada para refletir a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado¹, nos aponta para as articulações decorrentes aos diferentes usos e acessos na vida cotidiana na sociedade.

A presença da periferia na Universidade é uma luta histórica, e para além da ampliação do direito ao acesso, acumulada desde a defesa das cotas raciais, sociais e para alunos da rede pública, é urgente pensar a permanência e possibilidades de formação efetiva da juventude periférica que chega às universidades.

Esta reflexão, no entanto, precisa se dar a partir de uma perspectiva que busque compreender as diferentes barreiras para que o ingresso à Universidade seja possível e que a permanência seja um projeto concreto para esta juventude. Estas relações não podem ser refletidas sem se considerar as diferentes oportunidades de agência que são determinadas a

¹ Cisheteropatriarcado referente ao estabelecimento de "uma medida e uma forma de regulação da vida – que articula uma linha de “coerência” fixa entre o corpo, o gênero e a sexualidade" (DORNELLES e POCAHY, 2010)

partir da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, fazendo com que seja mais difícil entrar e permanecer na Universidade para alunos/as vindos/as das periferias, como exemplo: sendo mulher e periférica, sendo mulher negra periférica, sendo mulher trans negra e periférica, dentre outras combinações possíveis.

Não só o acesso, mas o cotidiano, a permanência e a vivência da Universidade é atravessada por elementos de identidade e identificação que se manifestam e reproduzem em ativos de poder desiguais. Neste trabalho nos voltamos de forma mais específica para a interseccionalidade com ênfase para os marcadores geracionais, de classe e espacialidade, nos interessa estudantes jovens, de baixa renda e periféricos/as. Mas, destacamos, é urgente a análise mais aprofundada sobre a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado no que diz respeito à possibilidade de se viver a relação juventude, cidade e ensino superior como projeto possível.

Recife permanece enquanto uma das capitais mais desiguais do país, condição que foi construída ao longo da história e que se fundamenta sob a perspectiva de um passado, ainda presente, marcado por relações coloniais e concentração de poder com as elites. O racismo ambiental e a violação de direitos comprometem bastante o direito à cidade e contribuem para a manutenção das desigualdades sociais que aprofundam situações discriminatórias.

A pergunta que norteia esta pesquisa e alimenta o desejo de realização deste trabalho, ao fim da trajetória no curso de graduação em Ciências do Consumo, se volta para a busca de compreender como a herança colonial afeta o direito a morar e viver na cidade do Recife, e os seus rebatimentos no acesso e permanência no ensino superior para estudantes periféricos/as.

Esta pesquisa nasce do desejo de estudar o fenômeno que me atravessa acerca da minha experiência enquanto estudante cotista, parda, que estudei o ensino médio em escola pública EREM Oliveira Lima, escola que fica próxima a avenida Conde da Boa Vista, no centro do Recife de 2012 a 2014, e consegui concluir o ensino médio com 16 anos.

Eu ingressei na UFRPE na segunda turma do curso de Ciências do Consumo, em outubro de 2017, devido às ocupações que duraram dois meses, e alteraram o início das aulas previstas para julho de 2017. De novembro de 2018 a novembro de 2019 eu recebi Bolsa de Incentivo Acadêmico da FACEPE, programa que visa estimular a integração de alunos provenientes da rede pública de ensino, que tiveram bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio. De acordo com a Facepe “o objetivo principal é evitar a evasão desses estudantes no primeiro ano de curso, proporcionando recursos financeiros essenciais.”, o que para mim foi essencial. Sou parda, sobrevivi a pandemia do Covid-19, sou bissexual, brasileira e recifense. Tenho pais divorciados, moro na UR-7 (VÁRZEA) bairro da zona oeste do Recife.

O interesse em escrever sobre direito á cidade surgiu em 2022 a partir da percepção da

realidade do território, com a disciplina da professora Raquel Uchôa intitulada “A Cidade e o Habitar”, durante a pandemia do COVID-19, de forma remota. Além disso, a reflexão da importância do direito social para uma cidade mais inclusiva, enquanto maneira capaz de ir contra a perspectiva colonial, que impõe cidadãos consumidores no século 21, expostos a vulnerabilidades historicamente estabelecidas.

Neste sentido destaco também que recebi assistência durante a pandemia por um tempo pela Escola Municipal de Artes João Pernambuco, e foi importante para viabilizar o meu direito de habitar a cidade durante este período. É importante fazer uso dos direitos, é importante politizar a vida cotidiana, pensando a garantia dos acessos. Isto apesar das manifestações do campo neoliberal nos “dizerem” que não.

A minha trajetória fez com que a alta taxa de desigualdade não se passasse despercebida, o que me ajudou a refletir que é necessário que a gestão pública pense formas de assegurar empregos e condições de trabalho, educação de qualidade, transporte de qualidade, saúde de qualidade e tecnologia para todos.

Ao longo do curso me senti no dever de seguir este caminho pelo impacto positivo que pode agregar e também para fazer valer a oportunidade, há várias referências ao longo do trabalho que desbloqueiam pensamentos e me ajudam a pensar minha própria experiência como jovem, Recifense, periférica e estudante da UFRPE.

O ingresso na universidade me permitiu ler mais, assim como o hip hop na várzea e as aulas de teatro na Escola Municipal de Arte João Pernambuco, também na várzea (concluir o curso básico em teatro e participar de uma oficina de artes visuais.) me auxiliaram a compreender esta trajetória, por se tratar de arte e arte ser também uma forma de política. Nesta escola há refeições gratuitas que foram muito especiais para a minha graduação, porque mesmo o valor do Restaurante Universitário sendo de baixo custo e subsidiado pelo governo, várias vezes me alimentei de forma gratuita nesta escola, nos dias de aula. Isto graças ao tempo que eu tinha, e por serem em ambientes gratuitos e próximos, me senti na responsabilidade por deter informação, estar em ambientes culturais e educacionais, vir de uma família que reconhece a importância da educação e me sentir capaz de buscar uma maneira de para além de concluir o curso, traçar um roteiro de possibilidades de conclusão de curso.

Entrar, permanecer e concluir, estas são etapas que demandam rede de apoio, ferramentas necessárias, recursos, dinheiro e tempo, emancipação, direito à cidade. Eu tenho três irmãos e quis me colocar como porta-voz de discussões existentes, porque na pandemia do COVID-19 vimos o número de pessoas mortas aumentando, toda a desigualdade social e o tipo de humor contra minorias. Todas as pessoas que eu conheço da minha família parte de pai e/ou parte de mãe reconhecem a importância da educação e me auxiliaram como puderam. Além de

que trabalhei como recenseadora pelo IBGE em 2022 e trabalhei em dois restaurantes em 2023. Essa pesquisa pode ter desdobramentos na trajetória de outros/as estudantes como eu, forma de demonstrar que não se trata só do acesso, é preciso pensar o fluxo, os caminhos e itinerários, urge o combate ao racismo ambiental e colonialismo, porque decolonizar a cidade é uma forma de direito à cidade.

Havia várias maneiras para desenvolver uma pesquisa neste universo, as demandas são inúmeras, o caminho que seguimos aponta para a perspectiva da interseccionalidade que acomete setores vulneráveis de forma colonial. Escolhemos refletir lançando luz sobre o racismo, machismo, violência contra pessoas LGBTQIAPN+, descaso a pessoas com mobilidade reduzida.

A justificativa se sustenta no fato de que na cidade do Recife há, diante da perspectiva colonial ainda presente, imposições e violências simbólicas e concretas que afetam o direito de viver e habitar a cidade, exemplo do projeto “Novo Recife”, dos desafios à mobilidade urbana na conciliação do tempo educação/trabalho, na atuação da polícia e/ou outros mecanismos de controle nos espaços periféricos, que incidem diretamente sobre as possibilidade de acesso, permanência e /ou conclusão da formação de estudantes periféricos/as ao ensino superior.

Consideramos que as formas assumidas pelo espaço social contemporâneo, que são vivenciadas todos os dias nos diferentes trânsitos pela cidade, nos usos dos espaços públicos e privados, produz de forma histórica, cotidiana e reiterada barreiras para acesso a direitos, espaços, serviços e produtos.

Considerando o fenômeno, da relação entre as classes sociais no cotidiano da cidade do Recife com recorte para estudantes periféricos/as universitários/as, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa exploratória que toma Recife e a UFRPE como estudo de caso. Buscamos construir os conhecimentos a partir do levantamento e análise de dados, da observação participante na Universidade, bem como observação sistemática de fatos “sensíveis” que dizem sobre as vidas vividas na cidade.

Além da revisão de literatura sobre a cidade do Recife em seus aspectos relacionados à colonialidade/interseccionalidade, buscamos dados sobre perfil e acesso na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES – 2018, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/ANDIFES.

Considerando o recorte do fenômeno, analisamos dados da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da Graduação UFRPE- 2022, coletamos também dados via formulário na plataforma google para adensar as informações relacionadas à observação participante e conversas informais sobre os objetivos desta pesquisa.

O formulário foi divulgado para os estudantes da UFRPE campus SEDE a fim de compreender as experiências cotidianas vivenciadas por estudantes periféricos/as que acessaram o ensino superior, com ênfase para a experiência deste grupo em diferentes cursos da UFRPE/ campus Recife. A não especificação por curso se justifica por ser esta uma pesquisa inicial, que pode ser aprofundada com recortes e objetivos específicos, a exemplo de compreender especificidades sobre a presença e ausência deste perfil de estudante por área, por turno, por curso, entre outros aspectos.

O trabalho está organizado a partir da reflexão sobre o direito à cidade em Recife, a partir de uma perspectiva sobre o direito de viver com dignidade nas cidades, os efeitos de uma herança colonial na organização das vidas vividas na cidade, que atua na produção de uma das cidades mais desiguais do país e sobre o direito ao ensino superior para jovens periféricos, após luta de movimento negro e política de inclusão e permanência. Buscamos refletir sobre este fenômeno a partir de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico/ OCDE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ IBGE no que se refere as espacialidades, renda, dificuldades nas garantias de direitos dos/as consumidores/as cidadãos/as², buscando evidenciar como a organização da vida cotidiana remonta aspectos referentes ao cenário colonial.

Se considerarmos as diversas maneiras pelas quais a globalização incorpora diferentes nações, e diferentes setores dentro de cada nação, sua relação com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se aquela apenas procurasse homogeneizá-las. Muitas diferenças nacionais persistem com a transnacionalização, e o modo como o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los converte essas diferenças em desigualdades. (CANCLINI, 2005, p. 34)

Considerando a afirmação de Canclini (2005), ao nos propormos, a partir dos aspectos acima apontados, à reflexão entre as classes sociais no cotidiano da cidade do Recife, buscamos evidenciar que nos caminhos que ligam as periferias às universidades se estabelecem uma série de relações de consumo mediadas pela mobilidade urbana, fator que molda parte da trajetória dos/as jovens.

Em tempo, acerca do levantamento sobre espacialidade, vale ressaltar que há nestes trajetos, espaços que dão consequência ao processo de construção da identidade juvenil, tais quais, relações constituídas entre os sujeitos jovens, as famílias, as igrejas, os restaurantes, as áreas de lazer, os shoppings, as praças, os parques, os retiros, as favelas, grupos e coletivos de

² O termo faz referência ao trabalho de Canclini (1999), Consumidores e cidadãos, para quem o processo de valorização cada vez maior dos símbolos e ícones da indústria cultural, em detrimento de símbolos nacionais, fazendo com que muitas questões próprias dos cidadãos vêm sendo cada vez mais equacionadas pelo consumo privado de bens, provoca transformações de nossas concepções de cidadania e consumo alterando o entendimento desses dois termos “devido a mudanças econômicas e culturais, pelas quais as identidades se organizaram” (CANCLINI, 1999, p. 14).

jovens, ou seja, instituições sociais presentes na sociedade moderna e que constituem cotidiano e identidade destes indivíduos.

Apontamos à possibilidade de contribuição das ciências do consumo para a produção de conhecimento sobre as vidas vividas na cidade, a partir da perspectiva da juventude recifense e a possibilidade de apresentação sobre a influência da colonialidade/neocolonialidade nas relações de consumo de estudantes periféricos/as que acessam a educação superior.

1: O DIREITO À CIDADE COMO UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL.

No Brasil, o direito à cidade está descrito no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), no art. 24, incisos I e II, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis. Esse estatuto regulamenta os artigos referentes à política urbana no âmbito federal (arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 – CF/1988). O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. (IPEA, 2018).

No entanto, concomitante ao previsto, ainda não se tornou acessível à população das cidades. O processo de rápida urbanização, originou consequências e desafios que permanecem presentes na realidade brasileira e a existência do Estatuto não representou o fim das desigualdades sociais existentes, bem como não foi capaz de garantir a ampliação permanente e de qualidade para o acesso aos serviços básicos de saúde, saneamento, habitação e transporte coletivo público. Ainda há inúmeras barreiras em curso para o acesso aos direitos.

A urbanização acelerada das cidades compõe a paisagem com a desigualdade, pobreza e exclusão, as quais não têm sido reduzidas e só aumentam (Neri, 2019; OXFAM Brasil, 2018). Hoje no Brasil ganha força a discussão sobre racismo ambiental, direito à cidade e colonialidade. Daremos visibilidade a estas questões, tomando a experiência de estudantes universitários/as moradores/as de Recife para compreender as manifestações no cotidiano da cidade e analisaremos isto a partir da perspectiva das relações e culturas de consumo. É preciso compreender a cidade para atuar melhor sobre ela.

De acordo com Mike Davis (2006), na lógica neoliberal o espaço urbano não é

gratuito e há falta de respeito politicamente com os direitos trabalhistas. A ideia neoliberal de transformar a mão de obra flexível na competição do setor informal sob condições de oferta de mão de obra infinita causam enormes impedimentos estruturais ao bem-estar, causa o caos, crise e guerra de todos contra todos. O conflito transmuta-se em violência racial e ou étnico religiosa.

Existem maneiras diferentes de fazer uso dos espaços, mas a colonialidade/desigualdade ambiciona e espera a mão de obra de pessoas pobres e inviabilizam a mudança. As formas primitivas de exploração ganharam novos cenários com a globalização pós-moderna, como trabalho infantil e exploração de jovens e mulheres.

A urbanização das cidades brasileiras foi um processo rápido e intenso que ocorreu no século XX, gerando vários problemas para as cidades, como exclusão social, crise habitacional, segregação espacial, violência urbana, degradação ambiental, e aumento da pobreza, os quais os governantes não souberam solucionar até então, provocando assim a alteração da qualidade de vida dos habitantes. (ROSA, 2014, p.7)

Segundo o Portal Gov.br, o termo “racismo ambiental” foi criado na década de 1980 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., em meio a protestos contra depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren no estado da Carolina do Norte (EUA), onde a maioria da população era negra. Consoante para Tânia Pacheco (2022), criadora do blog Combate Racismo Ambiental, o racismo ambiental está relacionado ao impacto desproporcional sobre comunidades vulnerabilizadas e que é um desafio à democracia plena e a cidadania ativa. O direito à cidade, segundo a autora não pode ser pensado e concebido apenas como direito de poucos privilegiados.

Para considerar a cidade com estrutura sociocultural urbana precisa-se levar em conta também o crescimento populacional caracterizado pela expansão e fragmentação do modo de organização. Entre 1960 e 2010 o Brasil urbano cresceu com o processo das dinâmicas de crescimento demográfico e populacional. “A reconstrução urbana ainda luta para maximizar ao mesmo tempo o lucro particular e o controle social.” (DAVIS, Mike, 2006, p. 105-106). O reconhecimento deste passado é fundamental para compreender as relações no tempo presente. A luta urbana traz a perspectiva do direito à cidade.

Exclusão, segregação, informalidade e ilegalidade são realidades enfrentadas por parte dos moradores das cidades brasileiras e dos países em desenvolvimento, o que tem levado autores a defender que, no Brasil, se tem “déficit de cidade” (Rolwik, 2016) ou que o Brasil precisa de “distribuição de cidade” (Maricato, 2016). (IPEA, 2018, p. 30-31)

Gênero, raça, idade, etnicidade e renda são fatores que distribuem desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização entre os indivíduos no território. Famílias de baixa renda, sobretudo de jovens de periferia, não brancos, são marcadas pela concentração de eventos que comprometem o cumprimento do acesso aos direitos e afeta o direito à cidade. A inclusão deve amparar-se na promoção do respeito, dos direitos humanos, sem discriminação, de maneira igualitária na educação, cultura e lazer.

O que em relação ao direito à cidade também se relaciona a outro conceito o de gentrificação. Segundo Magnus de Marco (2020), o fenômeno da gentrificação ocorre a partir do contexto de desenvolvimento urbano desigual. Não é reflexo natural da sociedade competitiva, como correntes hegemônicas consideram, processo nocivo à sociedade e aos mais pobres, principalmente àqueles que fogem à construção eurocêntrica.

Disparidades de renda afetam as relações sociais em vários níveis da vida das pessoas, dentre um deles ressalta-se o nível da habitação, pertencimento e moradia, diretamente relacionado à existência humana, à construção da subjetividade, à qualidade de vida e à inclusão social. (MAGNUS DE MARCO ET OL, 2020, p. 2).

O fenômeno gentrificador no Brasil e no contexto latino sofre os efeitos da colonialidade do poder, pois associado a práticas positivas e naturais da organização da cidade, como a reurbanização, a revitalização e a reutilização, cujo efeito é velar as consequências reais da gentrificação, quais seja a polarização social, a criminalização da pobreza e a hostilização da cidade, o que se deve à presença do colonialismo (combatido pela decolonialidade, porém perpetrado ainda pela colonialidade do poder). “O Estado de Pernambuco, o qual Recife é capital, tem uma história voltada para as elites, da indústria açucareira, das pessoas que tem o direito à cidade garantido via pagamento e condições favoráveis no campo das oportunidades.” (MAIA, 2009, p. 89). Diante da gentrificação, a cidade se torna privatizante e privadora, fruto do projeto colonial que promoveu a desumanização com práticas horrorosas estratificadas espacialmente.

Desse modo, o passado de terras locais da Zona Oeste do Recife, haja vista foram de senhores de engenho e desde então, heranças coloniais continuam sendo realidade a exemplo da segregação, que segue a separar grupos por causa de raça, etnia, religião, classe, entre outros, de forma discriminatória no espaço com desequilíbrio de forças de membros pressuposto entre o grupo segregado e os autores da segregação.

Com isso, surgem reflexões a partir do direito à cidade e sociedade do consumo³,

³ Entende-se por sociedade de consumo a era contemporânea do capitalismo em que o crescimento econômico e a geração de lucro e riqueza encontram-se predominantemente pautados no crescimento da atividade comercial e,

bem como das diferentes culturas de consumo que se estabelecem acerca das expressões da desigualdade social na cidade do Recife. A desigualdade / colonialidade se materializam de diferentes formas, e todas elas se relacionam às dimensões relacionadas à classe, raça, gênero, geração, espacialidade. Os cotidianos vivenciados desde os espaços periféricos são atravessados por barreiras de acesso a espaços, serviços, experiências e produtos, assim como pela violência e letalidade que acomete de forma bastante específica determinados corpos e paisagens. A pobreza multidimensional no Recife compreende as privações que a população recifense sofre, privações estas que não são captadas unicamente monetariamente, mas também variáveis, tais quais, educação, saúde, habitação, etc. Diante de questões socioeconômicas no Recife, é possível observar desigualdade de renda elevada e privação de um determinado nível de renda, de capacitações e liberdade.

As políticas urbanas se voltam para as cidades e devem garantir o cumprimento da função e justiça social, com participação dos/as cidadãos/ãs no território urbano dentro de parâmetros democráticos, de condições ambientais sustentáveis e respeito à cultura. Para isso, a cidade deve realizar projetos e investimentos em benefício da comunidade urbana no seu conjunto e a especulação imobiliária deve ser tolhida nas cidades porque não visa os interesses de toda a coletividade nem se distribui de maneira justa os ônus e benefícios sem a adoção de normas urbanas equitativas.

Na contramão desta concepção temos o projeto “Novo Recife”, apresentado em 2012 que gerou repercussão para a cidade. Faz parte deste ‘evento’ e fenômeno o movimento que ficou conhecido como “ocupe estelita”, que passa a reivindicar o direito à cidade e seu uso democrático em relação ao empreendimento localizado na avenida Engenheiro José Estelita no bairro de São José, que totaliza uma área de 66.141,11m² e é classificado como Empreendimento de Impacto tendo em vista a área do terreno ser superior a 3ha e a área total de construção superior a 20.000m², conforme estabelecido pelo Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei N° 17.511/2008.

O conflito em torno do Cais José Estelita trata-se da não utilização do terreno público pertencente antes à Rede Ferroviária Federal, localizado na região central da cidade, cuja ações de planejamento urbano, desconsidera relações cotidianas e afeta quem precisa ocupar espaços marginais da cidade no processo segregatório e invisibilizador de gentrificação.

Tal Plano Diretor, no capítulo IV – dos Projetos Especiais – define áreas com potencialidades paisagísticas, físico-estruturais, culturais e econômicas para implementação

de Projetos Especiais que, deverão ser regulamentados através da elaboração de Planos Específicos, onde a área do objeto empreendimento encontra-se contemplada.

Estabeleceu-se então a Lei Nº 18.138/2015 que modifica também a Lei de Uso e Ocupação do Solo (1996) para incluir as modificações, instituiu e regulamentou o Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga, definindo as normas e estabelecendo requisitos para o uso e ocupação desta área subdividindo-a em 10 zonas. O empreendimento está inserido na zona 5, subdividida nos setores A, B, C e D, com o objetivo de ‘reabilitação urbana controlada e incentivo à instalação de novos usos e atividades.’

Protestos e ocupações no espaço, Ministério Público de Pernambuco, Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos, além de pedidos do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social não foram suficientes, mesmo afirmando que a obra é irregular os membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Recife no fim da gestão do ex prefeito João da Costa (PT) aprovaram.

A sede do Consórcio Novo Recife é no bairro de Boa Viagem, a qual a Polícia Federal já cumpriu mandado de busca e apreensão por haver evidência de crime previsto na lei de licitações (Artigo 90 da Lei 8.666/93) acerca do caráter competitivo dos leilões. O Consórcio Novo Recife comprou suspeitamente em leilões em 2008, por um preço abaixo do mercado e a PF apura. São desigualdades socioespaciais que seguem parâmetros urbanísticos via colonialidade do poder.

De acordo com o Dossiê Direito à cidade, especial direito à cidade em Recife, a cidade é cortada pelos rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Pina e Jordão. É uma capital que inúmeros são os movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, que cresceu sem planejamento em direção aos morros e manguezais, próximos aos bairros mais estruturados.

2: ASPECTOS ACERCA DA DESIGUALDADE/COLONIALIDADE EM RECIFE.

Entendemos que a cidade contemporânea é influenciada por condições do paradigma moderno de urbanidade, neste sentido a ideia do direito a cidade expressa na lei simboliza, como afirmamos, um amplo rol de direitos. Porém, a segregação urbana é fruto da desigualdade social, na qual o Estado, sociedade e mercado operam, juntos e/ou separados,

em nome de uma suposta ordem, beleza e limpeza.

A este fenômeno atribui-se, entre outros, o conceito de gentrificação, que diz respeito a processos de intervenção urbana, geralmente, em bairros antigos. O fenômeno envolve casos de áreas de ocupação recente, embora sua dinâmica se estabeleça em urbanidades consolidadas por várias gerações e diferentes situações históricas de apropriação de zonas mais centrais das cidades. (BRAGA, Emanuel Oliveira, 2016, não paginado)

Segundo o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN (2016), o fenômeno urbano nos bairros e centros históricos das cidades brasileiras, desde suas origens colonizadoras, foram e tendem a ser ocupados heterogeneamente com diversos grupos e segmentos sociais presentes, ainda estabelece intensa e complexa interação política, econômica e cultural.

Muitas vezes essas práticas, sob discursos diversos, a citar o do abandono, da necessidade de revitalização, de melhor uso de áreas e espaços, são associadas à práticas voltadas para esconder a pobreza ao invés de reduzi-la, ou de produzir o “progresso” via segregação, geram a crise urbana e, por isso, são antagonizadas por movimentos sociais.

Em 2021, segundo os dados do IBGE, 4,9 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza no estado de Pernambuco e para a pesquisa do Censo 2022, Pernambuco ultrapassa a marca de 9 milhões de habitantes, assim, o macro: estado de Pernambuco reproduz no micro: cidade do Recife a desigualdade social, de direitos, acesso, oportunidades.

Recife é um exemplo de uma das cidades em que essas desigualdades expressam-se com muita evidência na medida em que muito do seu patrimônio histórico-cultural e ambiental foi posto abaixo em favor da expansão/modernização da malha viária e das atividades do terciário superior para favorecer os fluxos econômicos; expulsando famílias de baixa renda que antes se haviam fixado nas áreas objeto daquelas operações urbanas para construir seus lugares de vida. Essa lógica de produção do espaço urbano tornou-se evidente desde o momento em que a cidade começou a desenvolver-se historicamente. (CASTILHO, 2011, p. 100)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, “o índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. A realidade brasileira é expressa nas cidades com indicadores que demonstram separação entre ricos e pobres, homens e mulheres, negros e não negros, entre outros, no que se refere a direitos humanos e condições para uma vida digna, porque ainda há locais com pouca infraestrutura e poucos serviços, sendo injusta a forma

assumida pela cidade. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação em 2022 SDECTI,

Recife deixou o posto de a segunda capital mais desigual e cai para sexto lugar apresentando um índice de Gini de 0,566, conforme dados do IBGE. Essa posição representa uma queda em relação a 2021 quando, a cidade ocupou o segundo lugar no ranking das capitais mais desiguais, sinalizando possíveis mudanças na dinâmica da distribuição de renda (SDECTI, 2023, n.p.)

O índice de Gini é feito a partir de diversos indicadores sociais como por exemplo, renda mensal domiciliar per capita no Brasil, diferença de taxa de analfabetismo entre brancos e negros, ação local para saúde, educação para a sustentabilidade e qualidade de vida, consumo responsável e opções de estilo de vida, economia local criativa, dinâmica e sustentável, domicílios com banheiro, proporção de perda de água tratada, taxa de desnutrição infantil, taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens, taxa de homicídios por arma de fogo, proporção de esgoto tratado, percentual de domicílio com coleta seletiva, consumo médio per capita de água, taxa de recuperação de materiais recicláveis, participação de mulheres na secretaria do governo municipal, relação entre arrecadação própria e receita total que indica a autonomia fiscal do município, taxa de mortes no trânsito, percentual de população negra em aglomerados subnormais, percentual de infraestrutura urbana de calçadas, cobertura florestal, proporção de população com acesso à rede de abastecimento de água. Com diferentes eixos, estes de tantos indicadores.

O índice de Gini é uma medida de distribuição de renda, reflete sobre a desigualdade, onde os dados são analisados para saber se há muita ou pouca diferença entre os mais pobres e os mais ricos na população, neste caso em Recife. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde há concentração de renda para uma pessoa e outras nada tem. acarreta em desigualdade.). A construção do coeficiente de Gini é baseada na “Curva de Lorenz”. Nota-se que esses valores se aproximam mais do número 1, por se tratar de 0,606 / 0,566 do que 0,487 (número hipotético) com menos desigualdade por exemplo, aproximando-se (hipoteticamente) de 0.

Ainda, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE, em 2019 a capital pernambucana havia alcançado o maior índice de desigualdade e em 2020 ocupou a quarta posição. (GUARDA, 2022, n.p.)

Nesse sentido, refletir sobre o direito a cidade é mover-se para uma perspectiva decolonial. De acordo com Quijano (2005, p. 118), a colonialidade do poder trata-se da

constituição de um poder mundial capitalista, a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores, com a divisão historicamente racial do trabalho. O processo de modernidade/colonialidade dos espaços, é demonstrado na cidade construída e destruída para dar lugar ao progresso, com o desencadeamento do capitalismo e eurocentrismo.

De acordo com Moraes (2019, p.188) o acesso a condições parciais de reprodução socioespacial, nas experiências voltadas ao direito à cidade no mundo, pela urbanização e regularização das favelas brasileiras e pelas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife são promovidos pelas ações diretas e institucionais - como instrumento de proteção aos moradores de favela frente às pressões do mercado formal voltados para outros segmentos sociais, referentes aos campos do planejamento, gestão, regulação, urbanização, inserção urbana, segurança urbanística e ambiental - insuficientes para superar as condições persistentes de discriminação, desigualdade e subcidadania, evidentes pela predominância das perspectivas neoliberais e conservadoras contemporâneas.

Consoante Henri Lefebvre (1968), a concepção de cidade é conectada com o urbano e exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura – níveis, dimensões – texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições etc. Sabe-se aliás, que nenhum desses termos tem uma pureza rigorosa, que nenhum é definido sem ambiguidade, que nenhuma escapa à polissemia.

Para Lélia Gonzalez, os sujeitos decoloniais existem, resistem e viabilizam a (r)existência, pois a colonialidade do tempo e do espaço estão interligadas, portanto, é uma distorção temporal do presente com passado interligado aos locais geopolíticos que estes sujeitos ocupam. (FONSECA, 2021, p. 45)

À medida que diminui em importância o caminhar nas cidades e a cidade do Recife está cada vez mais com circuitos para carros transitarem, os direitos urbanos, inclusive o da caminhabilidade estão sendo esquecidos em relevância. Em Recife, as oportunidades desiguais são demonstradas com a baixa renda média, o desemprego, o trabalho informal e a insegurança alimentar, ou seja, a ideia de progresso na cidade do Recife causa gentrificação e crise. Recife frustra os habitantes com necessidades sociais não realizadas pelo poder público que cede ao capital e instala o caos urbanístico.

A herança do Colonialismo, pelo fato do Brasil ter sido uma colônia somado aos efeitos da desigualdade impactam o direito a viver com dignidade nas cidades brasileiras e a

vida de jovens não brancos que tem um perfil periférico e acessam às universidades. Outrossim a dimensão da desigualdade na cidade do Recife produz uma cidade desigual e cotidianos desiguais. Esses cotidianos desiguais em Recife estão associados ao poder de parcelas hegemônicas da sociedade e impactam para jovens não brancos periféricos nas oportunidades desiguais de viver na cidade, de morar na cidade, de acessar o que a cidade tem para oferecer. Recife enquanto uma cidade desigual, marcada pela perspectiva da colonialidade, produz cotidianos desiguais marcados pela colonialidade, produz menos tempo nas escolas para os jovens e se traduz em menos tempo/dinheiro para lazer.

3: ESTUDANTES PERIFÉRICOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico-OCDE, os/as brasileiros/as portadores/as de diploma superior ganham, em média, 2,5 vezes mais do que aqueles/as com diploma de nível médio. Percebe-se que, entre os 46 países observados, esta é a maior diferença salarial.

A partir de 2003 houve um movimento que resultou na expansão do acesso ao ensino superior que provocou mudanças no perfil dos estudantes universitários. Ampliou-se o acesso de estudantes com características referente a grupos historicamente excluídos, tais quais, pobres, pretos, pardos, indígenas, estudantes de escolas públicas, filhos de pais sem escolaridade. As políticas de inclusão foram importantes para o ingresso de jovens de diferentes origens sociais e para a pluriversidade e diversidade nos ambientes universitários até então marcados pelas elites.

Porém, como assevera Betina Fresneda (2018 n.p.), coordenadora de população do Síntese de Indicadores Sociais, IBGE, estudos revelam que não obstante o crescente número de estudantes pobres nas universidades públicas a partir da política de inclusão, o enfrentamento de obstáculos é maior para estes quando em comparação com estudantes de outras origens, e estes obstáculos são persistentes ao longo de toda vida acadêmica. O ensino superior brasileiro é palco de persistentes desigualdades de acesso e conclusão por causa da expansão bastante tardia do setor público no contexto internacional. Estas são observáveis por uma gama de indicadores sociais. (ARTES, RICOLDI ET AL, 2015).

Segundo a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(ANPED), o Exame Nacional do Ensino Médio ENEM alcançou importância para alunos pela condição de viabilizar o ingresso a Universidade. A lei de Cotas (nº 12.711, de 2012) que prevê a reserva 50% das vagas para estudantes da rede pública; pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência teve um papel muito significativo para ampliação.

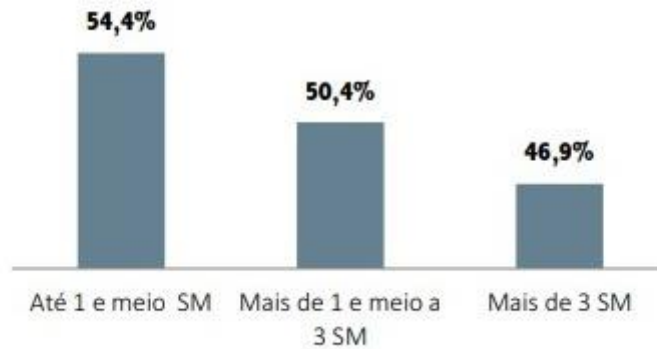
De acordo com Censo da Educação Superior, publicado em novembro de 2023, o ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. “O censo mais recente retrata impacto das ações afirmativas na democratização do acesso à universidade ao longo de uma década. O critério étnico-racial é o segundo mais usado.” (Gov.br 2023). A permanência na universidade, no entanto, se mostra um grande desafio, e neste trabalho inferimos está relacionado, entre outros aspectos, ao direito à cidade.

Para Adriano Senkevics (2023), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as políticas voltadas à permanência dos estudantes nos cursos e o acompanhamento da trajetória após estarem formados são pontos a serem aprimorados. (Gov.br 2023). Isto porque os estudantes advindos das periferias enfrentam, após passar no vestibular, desafios para seguir com o ensino superior. É preciso refletir acesso e permanência, avançar contra o preconceito nas Universidades Federais, aprofundar a pauta da política de cuidado, transporte de qualidade, SUS, cotas raciais e bolsas de estudos.

Há que se considerar que para além do acesso é preciso refletir sobre como se dá a trajetória nas Universidades. Para D’Andrea (2020) a juventude periférica tem suas trajetórias quebradas por serem marcadas pelos múltiplos obstáculos em seus cotidianos urbanos que impedem sua ascensão social e retroalimenta o ciclo da pobreza característico à lógica hierárquica do sistema capitalista neoliberal. De acordo com a V Pesquisa Nacional da ANDIFES, “o principal fator de exclusão ao ensino superior é ser de setor vulnerável e não concluir o ensino médio.” Em 2018, estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas eram maioria absoluta. 64,7% (UNICAMP, 2023)

De acordo com o Sindicato dos Técnico-Administrativo da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), a maioria dos estudantes das universidades federais do Brasil não conseguem ter uma renda mensal que chegue a um salário mínimo. Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 70,2% dos universitários tem renda mensal de até um salário mínimo, sendo a renda média de R\$640,00. (ASSUFRGS, 2022).

Gráfico 5-25: Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso por faixa de renda familiar mensal *per capita* - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior.

Tabela 1-2: Número e taxa de crescimento das instituições federais de ensino superior e de *campi*, por regiões geográficas, 2002 e 2017 - Brasil

Região	Universidades			Campi		
	2002	2017	Δ%	2002	2017	Δ%
Norte	8	10	25,0	24	69	187,5
Nordeste	12	18	50,0	30	106	253,3
Sul	6	11	83,3	29	76	162,1
Sudeste	15	19	26,6	46	110	139,1
Centro-oeste	4	5	25,0	19	47	147,4
Total	45	63	40,0	148	408	175,7

Fonte: BRASIL, 2014; INEP, 2018b.

Fonte: BRASIL., 2014; INEP, 2018.

O que demonstra que se existe uma mudança na trajetória nacional, acompanhada da realidade de desigualdade no território e fortalecimento de segregação da população na discussão da periferia na gestão política da reforma urbana, é necessário a combinação da reforma urbana, com habitação digna, saúde, transporte, lazer e creche de qualidade com profissionais capacitados, para que haja combate ao racismo ambiental. Isto porque a cidade neoliberal aprofunda os processos de dominação racial no século 21. (ALMEIDA, 2022, p. 51)

Há ainda o fenômeno do abandono das Instituições de Ensino Superior (IES), que compreendido deve ser combatido com políticas institucionais e governamentais, para assim haver uma mobilidade concreta de mobilidade social no país. Ou seja, para a política de

Cotas funcionar de maneira efetiva, como estratégia para a redução da estratificação social no acesso à educação, é necessário que haja investimento no ensino superior, investimento na ciência, na política de assistência estudantil, na pós-graduação.

Aliado a isto é importante pensar dentro de uma agenda ampliada de cuidado, um investimento em pensar os acessos e trânsitos cotidianos nas cidades, com combate a formas de organização e investimentos que remontem à colonialidade/desigualdade, de modo a estabelecer o acesso aos estudantes e a estes sejam garantidos os direitos ao ensino superior.

A Secretaria Nacional de Cuidados e Família, estabelecida na nova configuração do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, antigo “MDS”, e em alguma medida nos revela, ou nos induz à expectativa, do surgimento de novas abordagens na forma de construção e condução das políticas públicas relacionadas ao campo da proteção social e garantia de acesso a direitos, entre eles o da educação.

Reafirmar a importância de a periferia ocupar espaço na Universidade Pública é lutar contra a colonialidade/desigualdade que vitima esses povos com serviços de saúde públicos ineficientes e transportes de má qualidade, com passagem cara, que dão forma a sentidos pejorativos em determinados ambientes, como as universidades; é contribuir para a mudança da postura política da sociedade, contra o racismo, machismo e a desigualdade social.

4: REFLEXÕES SOBRE CONSUMO E COTIDIANO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFRPE: A INFLUÊNCIA DA COLONIALIDADE NAS VIDAS VIVIDAS NA CIDADE DO RECIFE.

De modo geral este é um trabalho que se volta para as reflexões do direito a cidade trazendo elementos referentes ao campo do consumo, considerando que as relações estabelecidas no cotidiano com as espacialidades, serviços e produtos são relações de consumo, mediadas por elementos relativos à interseccionalidade e toma Recife e a UFRPE como estudo de caso. Inicialmente buscamos compreender os impactos da colonialidade nas diferentes relações de consumo na sociedade recifense contemporânea e posteriormente como isso incide no cotidiano de estudantes periféricos/as que acessam o ensino superior.

Em Recife, existem três Universidades públicas, são elas: Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, Universidade de Pernambuco/UPE e Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Neste trabalho nos voltamos para a UFRPE, que possui 110 anos de

tradição em ensino, pesquisa e extensão no estado e no país. Sua história secular é marcada ao mesmo tempo, pela capacidade de inovação ao buscar contribuir com a superação dos problemas socioambientais e o desenvolvimento sustentável em projetos e pesquisas que envolvem as ciências tecnológicas, agrárias, humanas, sociais e exatas.

Exemplo disto foi que em 2020, em meio a pandemia do coronavírus, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) deu início a Política de Inclusão Digital da UFRPE, aprovada no Conselho Universitário, o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital da UFRPE (AEID), benefício cujo objetivo volta-se à permanência dos discentes no ensino remoto da instituição. Esta ação de inclusão teve como marco regulatório a resolução nº 029/2020 do Conselho Universitário em 2020.

Tabela acerca de ferramentas de inclusão durante a pandemia do COVID-19

	SEDE	UAST	UACSA	UABJ
Recursos de Inclusão disponibilizados	1266	987	354	59
Número de Chips de internet solicitados	693	619	161	37

Fonte: PROGESTI 2020

Esta ação foi importante para viabilizar a participação de estudantes que sem condições de tirar do próprio bolso o valor para adquirir as ferramentas que foram necessárias no período da pandemia, visto à necessidade da quarentena, tiveram acesso a meios digitais para dar continuidade às disciplinas de forma remota.

Os programas de assistência estudantil da UFRPE, são ações que visam à diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da universidade pública gratuita, de qualidade e inclusiva, cujo objetivos são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social através da educação. (PROGESTI 2017)

São importantes ações como essas de assistência estudantil, que foram transformadas pela PROGESTI em políticas de permanência para pessoas trans, corpos que menstruam, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas para os editais da Pró-reitoria, pois contribuem para a formação inclusiva e de qualidade na UFRPE. Estas políticas afirmativas

para grupos que sofrem discriminação visam compreender em todo o período os benefícios, salvo raras exceções, com acompanhamento social, psicológico e pedagógico, para que o/a estudante que recebe benefício em dinheiro ou moradia siga dentro do curso esperado de tempo de forma saudável. (UFRPE 2022)

O perfil estudantil na realidade institucional da UFRPE, tem sido composto por discentes vindos dos extratos empobrecidos social, econômico e culturalmente da sociedade, mães, pais, filhos, povo que historicamente é vitimizado e desprestigiado socialmente, nos eixos racial, econômico e de gênero. Isto demonstra o acesso à educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, ancorada no tripé ensino-pesquisa-extensão, via processo de democratização. Expressa a conquista de um povo que diante dos processos de desmonte à educação superior, desafios impostos pelo cenário econômico brasileiro, que interferem no contexto acadêmico, buscam via educação superior, a construção de um futuro digno, honesto e com qualidade de vida, para romper com a exclusão social vivenciada. (UFRPE 2022)

Para este trabalho traçamos um perfil socioeconômico dos/as estudantes da UFRPE, em sua maioria do curso de bacharelado em ciências do consumo, devido o contato com o Diretório Acadêmico (D.A.) para que possamos compreender as diferentes experiências vivenciadas na cidade. Buscamos dados a partir da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018, realizada pela ANDIFES. Coletamos dados da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) da UFRPE em 2022, disponível no site da Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI). Relacionamos com um formulário realizado e divulgado para estudantes de diferentes cursos, a fim de compreender a pluriversidade de seres, saberes e territórios, à capacidade de se cruzar as barreiras que levam das periferias para a Universidade.

Comparamos dados sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano e que impactam na vida ou no desempenho acadêmico tanto da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior 2018, quanto da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco 2022. Vale mencionar que 60% dos respondentes desta última são do campus SEDE/RECIFE, localizado no bairro de Dois Irmãos. Em síntese buscamos respostas que ajudassem à compreensão da pergunta: Como a herança colonial afeta o direito a morar e viver na cidade?

Inicialmente, a nossa pesquisa buscava também identificar movimentos contra-hegemônicos na cidade do Recife, entretanto não obtivemos dados que pudessem falar sobre

um perfil de participação e por causa do tempo seguimos um caminho que viabilizasse responder à pergunta sem necessariamente tratarmos dos movimentos contra-hegemônicos, mas frisamos que a pesquisa pode ter desdobramentos.

QUADRO SÍNTESE DOS FORMULÁRIOS

SÍNTESE DOS FORMULÁRIOS	<p>Questões</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. - A qual curso você está vinculado? 2. Qual ano você ingressou na universidade? 3. Em qual turno você estuda? 4. Outras pessoas no seu núcleo familiar cursaram ou estão cursando um curso superior? 5. Você trabalha? 6. Você recebe alguma bolsa? 7. Quais são os seus principais gastos em relação ao consumo? 8. Em qual bairro você mora? 9. Como você chega na UFRPE (carro, moto, bicicleta, a pé, ônibus, metrô, VLT, transporte de aplicativos)?
Estudante 1	Bacharelado em Ciências do consumo / 2017 / Vespertino / Sim / Não trabalha / Não recebe bolsa / Dinheiro para carregar o VEM, Uber, Ifood / UR-7 (Várzea) / a pé, um metrô e um ônibus ou dois ônibus, carona com colegas e familiares, transporte de aplicativo.
Estudante 2	História / 2017 / Noite / Primeira pessoa da família / Estágio 4h por dia em um museu / Não recebe bolsa / Alimentação e transporte / Sítio dos Pintos / A pé /
Estudante 3	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2022 / Manhã / Não / Não trabalha / Não recebe bolsa / Entorpecentes / Salgadinho / Motocicleta
Estudante 4	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2016 / Manhã / Sim / Não trabalha / Não recebe bolsa / Alimentação, vestuário, lazer, saúde / Prado / Ônibus
Estudante 5	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2018 / Manhã / Sim / Estágio. / Não recebe bolsa. / Manutenção básica da casa, gastos fixos, alimentação, transporte, equipamento e ferramentas de ensino. / Iputinga. / Transporte público: ônibus. /

Estudante 6	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2020.2 / Tarde / Sim. / Trabalha como ambulante, vende cachaça em eventos há dois anos. / Não recebe bolsa. / Moradia, alimentação e transporte. / Dois Irmãos. / Andando.
Estudante 7	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2022 / Manhã / Sim / Não trabalha / Não recebe bolsa / Moradia, alimentação, saúde, lazer / Casa Amarela / Carro, ônibus, transportes por aplicativos.
Estudante 8	Ciências Sociais / 2022 / Noite. / Não / Não trabalha. / Recebe bolsa / Alimentação, higiene, transporte, lazer / Dois Irmãos / Bicicleta.
Estudante 9	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2019 / Manhã / Sim / Não trabalha / Recebe bolsa de pesquisa. / Despesas para manutenção da casa como alimentos, ração para animais, medicamentos, internet e telefone, produtos de limpeza. / Torre / Ônibus
Estudante 10	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2022 / Vespertino / Sim / Não trabalha / Não recebe bolsa / Alimentação, bebidas, combustível e vestuário. / Vila da Fábrica / Ônibus
Estudante 11	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2019.2 / Tarde / Não / Estágia / Recebe bolsa / Comida, transporte, vestuário, estudo e quando dá lazer como cinema. / Madalena. / Moto ou ônibus
Estudante 12	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2022.2 / Tarde / Não / Tem negócio no segmento alimentar há três anos. / Recebe bolsa / Alimentação / Dois Irmãos / A pé.
Estudante 13	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2017 / Diurno / Sim / Trabalha / Não recebe bolsa / Viagens / Boa Viagem / Ônibus
Estudante 14	Ciências Sociais / 2022 / Noite / Não / Recebe bolsa / Comida e passagem de ônibus / Campo Grande / Ônibus (exclusivamente Rio Doce Dois Irmãos)
Estudante 15	Bacharelado em Ciências do Consumo / 2023 / Tarde / Sim / Não trabalha / Não recebe bolsa / Alimentação, energia, gás / Caetés, Abreu e Lima / Ônibus
Estudante 16	Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento / 2017 / Manhã/tarde / Sim / Não trabalha / Recebe bolsa / Transporte de app, saúde dos gatos, transporte público, eletrônicos, comida / Marcos Freire / Quatro ônibus
Estudante 17	Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades / 2016 / Integral / Sim / Não trabalha / Recebe bolsa / Moradia, comida e transporte. / Arthur Lundgren I – Paulista / Ônibus.

Com base na pesquisa feita através do formulário, direcionada aos alunos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com síntese das respostas acima, nota-se que houve pouca variação de cursos e maior predominância para estudantes do curso Bacharelado em Ciências do Consumo, como havíamos afirmado, por causa do contato com o D.A. que ajudou a ampliar e divulgar o formulário no @instagram. Pelo que a gente percebe a maioria dos estudantes desta amostra mora na periferia e isso impacta no tempo de deslocamento, caracterizado pela desigualdade da capacidade de se deslocar a qual os estudantes são submetidos

Percebe-se também que muitos estudantes que responderam a pesquisa utilizam ônibus como meio de transporte para chegar até a Universidade. São estudantes que ingressaram na UFRPE entre os anos de 2016 e 2023, anos marcados por mudanças políticas, climáticas e sanitárias. Houve o impeachment da Primeira mulher presidente do Brasil, Dilma, cortes na educação no governo Temer, ocupações, eleições presidenciais com Jair Bolsonaro eleito a partir de discursos contra minorias e com propaganda eleitoral baseada em fakenews, pandemia do COVID-19, negacionismo das vacinas e crescente criminalização da pobreza. São estudantes que vivem as marcas do neoliberalismo no cotidiano da cidade do Recife à medida que saem de suas casas para a Universidade.

Dentre diversas dificuldades, que acometem os estudantes de graduação nas Universidades Federais no Brasil e na UFRPE respectivamente, para a conclusão e obtenção do sonhado diploma, o tempo de deslocamento, dificuldades financeiras e problemas emocionais tem percentagem alta. Pode-se dizer que está relacionado com a interseccionalidade que demanda maior atenção e cuidado sobre como democratizar não apenas o acesso, mas também a permanência de trajetórias diversas na Universidade.

Sobre isto apresentamos o demonstrado na V pesquisa da ANDIFES, pesquisa histórica e na pesquisa da UFRPE, abaixo:



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES. ANDIFES 2019



Fonte: Pesquisa Sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural do/a Estudante de Graduação da UFRPE (60% são estudantes do CAMPUS SEDE)

Os resultados obtidos com a aplicação do formulário também apontam para dificuldades relacionadas. Alguns dos dezessete estudantes que responderam ao formulário, quando perguntados sobre o que poderia melhorar na sua rotina cotidiana, responderam:

“ter ciclofaixa que desse acesso a universidade”, (Estudante 5), “o horário dos ônibus nas integrações com certeza” (Estudante 15), “dinheiro” (Estudante 3), “mais coletivo e menos tempo de espera” (Estudante 4), “uma renda maior, acesso à cultura e esportes” (Estudante 2), “a espera e o tempo no transporte público devem ser reduzido” (Estudante 8), “ir e voltar de transporte particular” (Estudante 10), “segurança nas ruas e no transporte público” (Estudante 6), “um transporte de qualidade e um emprego” (Estudante 11), “me mudando de Recife” (Estudante 13), “[...]Abolição das catracas nos coletivos e mais verba direcionada à acessibilidade, pois a RMR é muito inacessível para muitas populações [...]” (Estudante 14), “Uma cidade com maior facilidade de acessos a outras regiões fora da zona que moro.” (Estudante 12)

As condições de mobilidade nas periferias urbanas da cidade do Recife, cidade de intensas desigualdades socioespaciais, fazem parte do cotidiano dos estudantes que responderam ao formulário. A (i) mobilidade urbana é o principal ponto destacado, pois são deslocamentos cuja distância muitas vezes é significativa dos lugares que residem para onde a vida cotidiana é estabelecida, trabalho, comércio, estudo, saúde e lazer.

Quando perguntados sobre a percepção sobre a cidade do Recife, algumas respostas obtidas foram:

“Uma cidade muito bonita e rica, porém, bastante excludente. Pensada para favorecer a classe média e as iniciativas privadas regidas pelo pensamento neoliberal” (Estudante 9)

“Péssima, uma cidade abandonada, que vive de saudade. Sem qualquer estrutura mínima de mobilidade, saneamento, educação e projeção futura. Além do que, é uma cidade com uma cultura vibrante, variada, e um povo que tem muito orgulho de onde vive.” (Estudante , 13)

“É muito boa, cheia de cultura, precisa de mais investimento no desenvolvimento sustentável da cidade.” (Estudante, 16)

“Ela é hostil, mas convidativa. Amedronta mas encanta. Fere os olhos as vezes, em outra deslumbra.” (Estudante, 10)

“Uma cidade vendida que não contempla os seus cidadãos com transportes de qualidade e serviços de saúde de qualidade.” (Estudante 2)

“Uma cidade linda, porém vendida a iniciativa privada e ingrata com seus moradores.” (Estudante 1)

“Uma cidade excludente feita para beneficiar corpos com acessos privilegiados como por exemplo, pessoas que podem transitar de carro próprio ou particular.” (Estudante 12)

A partir dos relatos fica evidente o quanto as desigualdades são percebidas e impactam na compreensão da cidade, o avanço da gentrificação é de interesse econômico, pois são as elites que projetam via colonialidade do poder e limitam os menos interessantes ao acesso ao direito à cidade, as políticas urbanas são voltadas para atingir a retroalimentação das desigualdades e manter funcionando o neoliberalismo com suas inovações e correções. Para além de limitadas, diversas pessoas se sentem ilhadas nas cidades brasileiras, latinas e mundo afora. A ideia de turistificação do projeto Novo Recife

com menos de 50% da sua área total para área privada e mais de 50% para área pública integra com o pensamento da colonialidade porque ainda assim, mesmo sendo menos de 50%, é muito.

Quando perguntados sobre considerar Recife uma cidade igualitária, foi unânime as respostas negativas, que não consideram Recife uma cidade igualitária, alguns ainda acrescentaram:

“Considero Recife uma cidade voltada para o comércio, para o jornalismo e para o turismo. Para ser igualitária acredito que os jovens têm de ter direito à cidade sem sofrer preconceito por serem quem são.” (Estudante 1)

“[...] Noto que as áreas mais afetadas são as comunidades (favelas) [...]” (Estudante 2)

“Não, muita gente sem acesso a consumo essencial como saúde básica, alimentos, habitação e infraestrutura geral.” (Estudante 11)

“Não! Pois vemos uma grande diferença de segurança e oportunidades em bairros nobre e bairros periféricos.” (Estudante 15)

“Não. O acesso a cidade em sua plenitude só possui quem tem condições, como carro, dinheiro, bom trabalho. Infelizmente, os estudantes não possuem as mesmas condições e por isso tem um acesso mais limitado a cidade.” (Estudante 17)

A unanimidade nas respostas nos ajuda a refletir sobre as injustiças urbanas que fazem de Recife uma cidade discrepante no que diz respeito a questões básicas de cidadania, saúde de qualidade ineficiente, oportunidades desiguais, condições asseguradas para ter uma vida digna que são notados pela precariedade, segregação e gentrificação.

Quando perguntados sobre os principais problemas apontaria em relação a cidade, algumas das respostas obtidas foram:

“Racismo, machismo, desumanização de corpos, pressão pela manutenção de ordem, limpeza e beleza constantes, gentrificação, necropolítica, neoliberalismo no talo” (Estudante 1)

“Falta de segurança nas ruas, transporte público ineficiente e caro, descaso com pessoas em vulnerabilidade.” (Estudante 2)

“A burguesia” (Estudante 3)

“Transporte, segurança, saneamento básico, falta de cuidados com as encostas nos morros” (Estudante 6)

“Segurança, mobilidade, gentrificação e saneamento” (Estudante 5)

“Desigualdade de oportunidades básicas como direito ao lazer, a transitar pela cidade de maneira facilitada e abandono e exclusão das comunidades periféricas. Em outras palavras o forte processo de higienismo que está em curso na cidade do Recife.” (Estudante 12)

“Violência, poluição, engarrafamentos, especulação imobiliária, crimes ambientais.” (Estudante 8)

“Transporte público, saúde, segurança, moradia, drenagem, distribuição de água nos morros, saneamento básico, profissionalização. (Estudante 7)

“trânsito muito intenso, habitações caras, políticas públicas que não contemplam a população de menor renda” (Estudante 16)

“Transporte, saúde pública e acessibilidade.” (Estudante 17)

“Saneamento básico, saúde, mobilidade e segurança.” (Estudante 13)

“A época de chuva, o trânsito e o deslocamento dos ônibus porque pra quem vai em pé num ônibus cheio qualquer trajeto se torna longo e a quantidade de pessoas "jogadas" pelas ruas, sem perspectivas de futuro, de uma vida digna, principalmente, jovens.” (Estudante 10)

“Primeiramente os acessos e a malha viária. Em razão ao favorecimento da condição privada muito evidente e naturalizada que não induz à vivência da cidade de forma coletiva.” (Estudante 9)

“Desemprego, muitos moradores de rua, falta de moradia adequada, saúde precária, falta de segurança pública.” (Estudante 4)

Diversos são os problemas apontados pelos estudantes que condizem com o discorrido no texto, injustiças que ferem as vidas vividas no seu cotidiano. Nos ajuda a refletir e/ou revelar como que diferentes grupos se sentem ilegais na sua própria cidade porque o território, as espacialidades são marcadas por violências simbólicas que são em seu íntimo problemas sociais típicos para respaldar a prática e o processo de gentrificação.

Quando perguntados se grupos diferentes tem experiências distintas ao viver na cidade, houve unanimidade dos dezessete respondentes ao dizerem que sim e eis o porque em algumas delas:

“Sim. Principalmente pela questão de acesso aos serviços de primeira necessidade como água, creches, hospitais, etc. Também considero que em relação a malha viária do transporte público, acessar e experienciar a cidade fica mais oneroso para alguns.” (Estudante 9)

“Sim, toda experiência é subjetiva para o indivíduo”. (Estudante , 6)

A classe social e a condição financeira são fatores muito importantes quando o assunto é experiência de vivência na cidade do Recife.

“Um exemplo bem claro é a forma como a prefeitura trata os polos de carnaval que são espalhados por toda a cidade, no centro acontece um carnaval apoteótico com grandes shows e uma mega estrutura, já os polos das periferias são estruturas menores [...]” (Estudante , 6)

“Sim, alguns grupos tem poder aquisitivo que os proporciona uma facilidade de acessos enquanto outros grupos não acessam pela falta de recursos básicos.” (Estudante 12)

“Totalmente, por inúmeras questões como capacidade financeira, divergências culturais, mobilidade, etc.” (Estudante 14)

“Sim, porque os espaços são organizados dessa forma, ademais, a cidade a todo tempo passa por uma “higienação” dos espaços no qual deixam ainda mais marcado a quem deveria pertencer aquele lugar. Ademais, a classe média de recife faz questão de demarcar esses espaços.” (Estudante 17)

“Pessoas em situação de rua, lgbt, negros, pessoas com deficiência e pobres em geral, não vive a cidade em sua plenitude.” (Estudante 11)

“Sim, a cidade é única mas a realidade se apresenta de formas diferentes para cada grupo e/ou individual. Acredito que as questões financeiras e identitárias que a depender de gênero, sexualidade, condições físicas etc possam afetar a maneira como se relacionam com o espaço público e a Cidade, de maneira a libertar ou cercear os indivíduos.” (Estudante 10)

Nota-se que limitações existentes são persistentes e a dependência do meio de transporte coletivo, convergência de atividades culturais, o trajeto, submete pessoas de tais espaços à significativas desigualdades.

Quando perguntades se participam de algum movimento político/cultural, sete pessoas responderam que não, em relação as que participam:

“Sim, capoeira angola no SIS do engenho do meio” (Estudante 1)

“Faço parte de grupo percussivo” (Estudante 2)

“Só na faculdade com o movimento de pessoas em situação de rua” (Estudante 11) “Articulação Indígena Estudantil – UFRPE. Acesso a universidade, Respeito a cultura indígena, Mapeamento dos(as) estudantes indígenas da UFRPE.” (Estudante 17)

“Participo da Coletiva Akuenda, a coletiva de estudantes trans da UFRPE” (Estudante 14).

Os estudantes, em conjunto com a sociedade, historicamente participam perante cada momento em favor de seus ideias. Estudantes que ingressaram entre os anos de 2016 e 2023 participarem de movimentos político/culturais expressam a relevância, importância e o impacto que esses movimentos têm de alguma forma nas vidas vividas, seja pela integração e/ou reivindicação do direito a viver com dignidade.

Quando perguntados sobre os principais gastos em relação ao consumo apenas duas pessoas não responderam algo relacionado a comida/alimentação (Estudantes 3 e 13). Três pessoas mencionaram “moradia” nas suas respostas (Estudantes 6, 7, 17).

Visto que alimentação e moradia são necessidades básicas importantes para a reprodução social.

Quando perguntados se a família já recebeu algum tipo de benefício socioassistencial (bolsa família, BPC, outro) seis pessoas informaram que não, seis pessoas informaram que sim, “sim, bolsa família” (Estudantes 6, 15 e 17) e “sim a mãe” Estudante 1). Além de que uma pessoa respondeu “apenas pensão pais divorciados” (Estudante 14). Outrossim, quando perguntados se recebem alguma bolsa da Universidade 58,9% respondeu que não.

Isto demonstra que programas de transferência de renda são essenciais para oportunizar o acesso a renda, para alimentação, limpeza, serviços urbanos, importantes para que famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, que muitas vezes não têm oportunidade no mercado de trabalho, abalados pelas desigualdades socioeconômicas e de poder, efeitos do neoliberalismo, não sejam tão afetadas, discriminadas e rejeitadas nos segmentos das cidades. Os programas de transferência de renda são conquistas que contribuiram e contribuem para fortalecer a sociabilidade.

Quanto a se trabalham ou não dos dezessete estudantes que responderam a pesquisa, sete disseram não trabalhar, uma pessoa respondeu que é empresário a quatorze anos (Estudante 13), outra pessoa tem negócio no segmento alimentar (Estudante 12), três pessoas estagiam atualmente (Estudantes 2, 5, 11) e entre os respondentes uma pessoa é ambulante (Estudante 6).

Isto porque a financeirização molda os contrastes sociais de produtos e serviços e o trabalho é um meio para se manter com dignidade e ter acesso a bens de sobrevivência, segurança, reconhecimento social e respeito.

Os estudantes foram perguntados se se sentem seguros para transitar pela cidade e responderam que não, “mais ou menos” (Estudante 8), “quase nunca” (Estudante 14), “nem um pouco” (Estudante 12), “jamais” (Estudante 13), “de forma alguma” (Estudante 7), “médio” (Estudante 1). Apenas uma pessoa respondeu que sim (Estudante 3).

Evidencia-se que não são estudantes de áreas valorizadas da cidade, exceto estudantes 11 e 13 e estes não se sentem seguros para transitar e pode-se dizer que está relacionado a pouca circulação de pessoas nas ruas, sobretudo na medida em que a malha viária urbana, principal suporte físico à mobilidade urbana, aumenta a circulação de veículos e submete os que estão inseridos na cidade.

Quando perguntados sobre acesso ao que a cidade tem para oferecer em termos de espaço, produtos e/ou serviços algumas das respostas foram:

“Em relação aos espaços, acesso pouco pois não acho viável ou facilitador o meio de transporte público. Já os serviços ao cidadão utilizo alguns. Produtos a internet facilitou mapear os acessos e contatos.” (Estudante 9)

“Algumas vezes” (Estudante 10)

“Tenho pouco acesso e mesmo assim gasto muito para isso.” (Estudante 16)

“Recife tem muita coisa legal, porém não é acessível para todos.” (Estudante 17)

“O que for gratuito ou de fácil acesso” (Estudante 2)

“Sim” (Estudante 1, 6, 7 e 13)

“Não” (Estudante 3, 14, 15)

“Não, apenas gratuitos” (Estudante 7)

“Muito pouco” (Estudante 12)

“Serviço é bem problemático, seja público ou privado-público que são as terceirizadas privatizadas do poder público.” (Estudante 11)

“No que for possível sim.” (Estudante 4)

“Nem tanto quanto outras pessoas” (Estudante 5)

É problemático o acesso à cidade diante da perspectiva da colonialidade para estudantes periféricos visto que o direito à cidade muitas vezes é negado intrinsecamente porque problemas estruturais excluem e perduram dificuldades à chegada até centros urbanos, além de que saneamento básico, acesso à cultura e transporte de qualidade, produzidos para dar acesso a bens e serviços públicos são utilizados em grande parte por pessoas de determinadas classes sociais.

Quando perguntados sobre os principais impedimentos para acessar a cidade, algumas das respostas foram:

“Todos” (Estudante 3)

“dinheiro” (Estudante 7)

“falta de dinheiro” (Estudante 2)

“a situação financeira e insegurança” (Estudante 4)

“Eu acesso e busco acessar o que a cidade oferece” (Estudante 1)

“Não tenho impedimentos” (Estudante 6)

“Os principais impedimentos ainda é o transporte público que não possui malha facilitadora. Sempre há a necessidade de pegar muitos ônibus.” (Estudante 9)

“Segurança, entre ficar em casa em segurança e sair correndo riscos é preferível manter atividades domiciliares.” (Estudante 5)

“Dificuldade de locomoção e falta de recursos para investir em momentos de lazer e descontração.” (Estudante 12)

“Financeiros.” (Estudante 10)

“Não há impedimentos, mas se houvesse, seria financeiro.” (Estudante 13)

“eu não moro em recife, mas em Jaboatão, a pista que me liga a Ufrpe apesar de ser próxima, é muito degradada, o transporte público ineficiente e o uber caro.” (Estudante 16)

“Acho que pra mim o transporte público não eficiente atrelada a distância de onde acontece os eventos culturais se tornam um grande empecilho para viver a cidade de uma maneira mais ampla.” (Estudante 17)

“A amplitude e diversidade densa da cidade é uma maravilha para se descobrir, para encontrar diferentes organizações de pessoas, para se informar sobre como se virar na cidade do Recife através das diversidades de saberes, para fazer parte da construção do futuro dessa cidade. Mas as repressões como o transporte coletivo inapropriado, a falta de planejamento e manutenção CORRETA da estrutura da cidade (qualquer engenheiro civil pode explicar como as ruas, o saneamento, a água, o escoamento, tudo é mal planejado e insistem em manter assim porque no tempo de uma única vida é mais barato) e também a repressão policial e suas consequências são os principais impedimentos que reconheço.”, “Acho que pra mim o transporte público não eficiente atrelada a distância de onde acontece os eventos culturais se tornam um grande empecilho para viver a cidade de uma maneira mais ampla.” (Estudante 14)

O espaço é produto de relações desiguais e com base nas respostas dos estudantes da UFRPE, desigualdades financeiras são invisibilizadas, impedem e excluem segmentos sociais distintos em uma sociedade cujos padrões sociais do novo e reconfigurado cotidiano são exigidos.

Os estudantes também responderam perguntas acerca do acesso a espaços culturais e quais e se não, o porquê. Tais respostas:

“Sim, o marco zero, Olinda, as praias, eventos de hip-hop, vou a parques, shows gratuitos, mostras de cinema, exposições no centro de convenções” (Estudante 1)

“Sim, vou a cinemas de rua, museus, festas de rua, Carnaval” (Estudante 2)

“Sim” (Estudantes 3 e 4)

“Não, segurança” (Estudante 5)

“Sim, o Recife antigo de um modo geral, a Várzea e alguns locais na zona norte.”, (Estudante 6)

“Sim. Museus, Teatros, Cinemas.” (Estudante 7)

“Sim, show, museus, cinema, praças e parques.” (Estudante 8)

“Sim, museus, teatros e alguns parques.” (Estudante 9)

“Sim, sempre que tem shows gratuitos, costumo frequentar” (Estudante 10)

“Já acessei, mas faz anos que não tenho ideia de como está essa área” (Estudante 11)

“Costumo acessar espaços de cultura popular como sambadas de coco, maracatu, sarau independente dentre outros” (Estudante 12)

“Sim, todos, desde museus a festas populares.” (Estudante 13)

“Sim mas com pouca frequência. Minha família não me educou sobre a cultura do Recife, e a falta de conhecimento faz carecer do contexto necessário para adquirir mais conhecimento. Faz pouco sentido para a minha pessoa individual conhecer esses espaços como leiga.” (Estudante 14)

“Ultimamente não tenho acesso pois estou devendo muito” (Estudante 16)

“Sim, o cinema da FUNDAJ. Alguns pontos de culturas como (passo do frevo, museus, etc.)” (Estudante 17)

É possível constatar que as respostas representam diversidade e que museus são espaços culturais acessados pelos estudantes 2, 7, 8, 9, 13 e 17. Os espaços culturais são também materializados nos espaços urbanos livres, abertos com a utilização de corpos para expressar a rejeição às estruturas institucionais, e são espaços reconhecidos por dar visibilidade a questões temáticas e fazer uso do espaço urbano enquanto comuns. (juventude, alternativas urbanas etc)

Quando a pergunta aos estudantes foi: Identifica movimentos político culturais na cidade? Cite., as respostas foram:

“Identifico movimentos político culturais do hip-hop e das torcidas do santa-cruz e do sport. Tinha o segunda anti-capitalista na várzea, mas depois parou...” (Estudante 1)

“Sim.” (Estudantes 2, 3 e 4)

“Não” (Estudante 5)

“Sim, afoxé Oyá Alaxé (sede no pátio de São Pedro), Som na Rural que promove apresentações culturais com caráter de resistência políticas, terça Negra, côco dos Pretos, escola de frevo, etc.” (Estudante 6)

“Sim. Federação das Quadrilhas Juninas de Pernambuco.” (Estudante 7)

“Estudantis, feministas, antiproibicionistas, cultura popular e LGBTs” (Estudante 8)

“CUFA, e associações de comunidades ribeirinhas como na ilha de deus.” (Estudante 9)

“Não me vem a mente agora” (Estudante 10)

“Pop rua Recife” (Estudante 11)

“Sim: Controverso Urbano, RENFA, Diadorim, Ocupe o parque, Mães pela diversidade entre outros” (Estudante 12)

“Muitos, os movimentos de egressos do cárcere, pop rua, das comunidades LGBTQIAPN+, de imigrantes/refugiados e de pessoas com deficiência.” (Estudante 13)

“Não identifico muitos por falta de conhecimento meu. Mas quase todo mundo que conheço tem ciência de incontáveis movimentos na cidade, participam/participaram de alguns já.” (Estudante 14)

“Não” (Estudante 15)

“Coletiva Akuenda, movimento de torcedoras Elas e o Sport” (Estudante 16)

“Sim. Coco de quinta.” (Estudante 17)

Os exemplos de movimentos político-culturais citados, em sua maioria, como observados acima estão no âmbito de reação à produção de espaços nas cidades desiguais e excludentes e alguns deles, como identificados são grupos e movimentos que reivindicam participação nas decisões políticas, econômicas, de produção do espaço, por direitos sociais

e direito à cidade. Tais movimentos são manifestações contemporâneas de luta e proposição por mobilização e engajamento da sociedade civil, de concepções alternativas ao condicionamento que a financeirização, acumulação de capital e urbanização corrobora no quesito bens e serviços. Além disto, observa-se que os estudantes 5, 10 e 15 responderam não, são estes estudantes do curso de bacharelado em ciências do consumo e dos bairros de Iputinga, Vila da Fábrica e Caetés Abreu e Lima, respectivamente.

Finalmente, quando perguntados se o ingresso na Universidade modificou a sua estrutura de consumo, tais respostas foram sim majoritariamente:

“Sim” Estudantes (1, 3, 4, 8, 10, 12, 15 e 16)

“Sim, não sobra dinheiro para muita coisa” (Estudante 2)

“Não” (Estudantes 5 e 11)

“Totalmente” (Estudante 6 e 13)

“Sim, tenho tido atitudes mais críticas em relação ao consumo, e vejo uma grande evolução nesse sentido. Quando paro pra pensar, vejo que sou uma outra pessoa.” (Estudante 7)

“Sim, a reflexão sobre como as pessoas são influenciadas pelas cidades e pelas estruturas físicas e sociais dispostas no meio urbano.” (Estudante 9)

“Sim, meu consumo de alimentação se dá principalmente no restaurante universitário. Agora gasto mas também tenho ajuda da Universidade pra pagar. Às vezes a conta fecha bonita, às vezes pass necessidade, mas acredito que o ingresso na Universidade me fez consumir com mais segurança.” (Estudante 14)

“Não muito” (Estudante 17)

Houve mudança na estrutura do consumo, criticidade e mais segurança para os estudantes 7 e 14, de bacharelado em ciências do consumo e ciências sociais respectivamente, dos bairros de Casa Amarela e Campo Grande. O estudante 14 é bolsista que utiliza exclusivamente o ônibus rio doce/ dois irmãos para chegar a universidade e agora utiliza o restaurante universitário para se alimentar, ou seja, é estudante periférico, usuário de transporte público, recebe benefício e

se alimenta a baixo custo com subsídio do governo federal, informa que ainda assim a conta as vezes não fecha. Isto confirma que os espaços de moradia e vivência, além do modo como o deslocamento social é limitado para quem não tem condição financeira compreendem formas que remontam a colonialidade. Ainda, para o estudante 2, que cursa história à noite, é bolsista, mora próximo a UFRPE no bairro de Sítio Pintos, ou seja, de periferia – Dois Irmãos, vai a pé, a estrutura de consumo foi modificada e mesmo assim não sobra dinheiro para muita coisa.

Sendo assim, está demonstrado na pesquisa que em relação ao consumo e cotidiano os estudantes periféricos da UFRPE são marcados pelas formas que remontam o que é compreendido como colonialidade à medida que a liberdade para as possibilidades de consumo são limitadas e ilusórias. A experiência de morar e viver em Recife, para os estudantes 2, 6, 8 e 12 é morar próximo à Universidade e ir a pé/ de bicicleta. Para os demais estudantes de Recife, tais quais, 1, 5, 7, 9 e 11 e 14, todos do curso bacharelado ciências do consumo, exceto o estudante 14 que é do bairro de Campo Grande, se resume basicamente em se deslocar para ir até a Universidade, ou seja, são marcados pelo transporte e pela mobilidade urbana na cidade. Os estudantes 10, 15, 16 e 17, dos bairros de Vila da Fábrica, Caetés/ Abreu e Lima, Marcos Freire (precisa pegar quatro ônibus para chega à universidade) e Arthur Lundgren I/ Paulista, não trabalham e transitam por diversos territórios - apenas os estudantes 16 e 17 recebem bolsa - têm seus cotidianos marcados por dificuldades financeiras e tempo de deslocamento.

Os elementos da influência da colonialidade nas vidas vividas na cidade, com destaque para os estudantes periféricos que acessam o ensino superior na Universidade Federal Rural de Pernambuco, apontam que economias urbanas inclusivas são necessárias. Tais elementos são conflitos socioambientais e disputa pelos espaços públicos, vivenciados por estes estudantes acompanhados de uma série de barreiras à permanência e conclusão dos cursos, baseados no processo de desenvolvimento urbano que viola direitos e exclui socialmente grupos menos favorecidos com uma certa neutralidade e naturalidade, entretanto quem luta para sobreviver busca mudança na estrutura social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Urge a participação da sociedade em mais inclusão à diversas pautas nas universidades

principalmente para a permanência e conclusão de curso de estudantes periféricos, que se mostra um desafio porque se garante a entrada, mas para garantir a permanência é preciso um investimento que incida não só na vida acadêmica, mas de ampliação do próprio exercício de cidadania.

Cresce em importância o número de estudantes pobres nas Universidades a partir da política de inclusão, no entanto cabe a esta ser cada vez mais aprimorada para que a sociedade e a universidade de fato andem juntas a fim de que se evite segregação, ampliação das desigualdades sociais, racismo, racismo ambiental, interseccionalidade nos lugares os quais a modernidade/racionalidade se instalou de forma mais plena. A reflexão proposta sobre direito à cidade diz respeito a este olhar mais complexo da vida cotidiana, a partir de uma compreensão interseccional do perfil que acessa as Universidades brasileiras, permanece e conclui.

Refletimos que o acesso, permanência e conclusão destes/as estudantes nas universidades, na pesquisa e na extensão atua por precaver o pensamento hegemônico e tensionar não só o domínio da colonialidade do poder na produção de conhecimento, mas também no capital cultural e econômico. Significa efetivamente dar um passo a diante nas dinâmicas de coletividade, ter direito à cidade e ao ensino superior representa uma forma de enfrentamento à hegemonia e colonialidade do poder/saber. Atua também por produzir enfrentamentos para melhores usos da cidade, de modo a respeitar também o meio ambiente e o planeta. Consideramos também que atua por promover possibilidade para a produção de cuidado neste espaço.

Consideramos que em Recife não há mobilidade social eficiente, que a diversidade ainda é hierarquizada e a perspectiva da colonialidade domina historicamente o cotidiano. Para Nilma Lino Gomes o movimento negro tem importância no papel educador por produzir saberes emancipatórios e também por sistematizar a questão racial no Brasil. O trabalho de Nilma tem inspirado este e vale ressaltar que a autora questiona a formação educacional e afirma que ações políticas precisam ter postura de combate ao racismo para que não sejam negados enfrentamentos possíveis.

A política de inclusão é responsável por aumentar a diversidade e pluriversidade de estudantes (renda; preto, pardo, indígena e pessoa com deficiência). Por outro lado, há diferenças nas vivências dos estudantes da UFRPE em Recife - capital desigual e capital da especulação imobiliária a exemplo do projeto Novo Recife - e a questão financeira, o transporte e a ausência da prática de uma política do cuidado ainda são vistas como barreiras

durante a graduação destes.

Por isso, é inadiável o reforço em estratégias que permitam diminuir as dificuldades sociais impostas diariamente a cada vez mais brasileiros e brasileiras. São muitos os estudantes universitários com uma renda mensal per capita de até um salário mínimo, sendo a renda média R\$640,00. A universidade deve ser um espaço de extensão voltado à sociedade, por ser público, para que as próprias desigualdades que ocorrem na sociedade sejam repensadas, por isso também a importância de cessar o remonte à colonialidade.

Referências:

ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: Carlos, Ana Fani (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisitada*. SP: Hucitec, 1996. p.55-62.

MARCO, Cristhian Magnus de; SANTOS, Paulo Junior Trindade dos; MÖLLER, Gabriela Samrsla. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 12, p. 1-20, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>.

CARLOS, A. F. A. (Org.) *Ensaio de geografia contemporânea*. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. Ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia Becalli. Direito à cidade: cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: MARCO AURÉLIO COSTA (Brasília). Ipea (org.). **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. p. 29-44. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8622> . Acesso em: 06 jan. 2024.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife - impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”!. Revista Acta Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 10, p. 95-113, dez. 2011. Revista ACTA Geográfica. <http://dx.doi.org/10.5654/actageo2011.0510.0006>

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. Cadernos de Pesquisa, [s.l.], v. 45, n. 158, p.858-881, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143273> .

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco. Fundação de Cultura. 2º edição. P. 89. 2009

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. 2. Ed. Centauro. P. 65. 2001

OBSERVATÓRIO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: Andifes, 2019. 182 p.

SUMMIT, Estadão. **Direito à cidade: o que é desigualdade socioespacial?** 2021. Disponível em: [Direito à cidade: o que é desigualdade socioespacial? - Summit Mobilidade \(estadao.com.br\)](http://Direito%20%C3%A0%20cidade%3A%20o%20que%20%C3%A9%20desigualdade%20socioespacial%3F%20-%20Summit%20Mobilidade%20(estadao.com.br)) Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

BRASIL. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS **Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais**. Brasília: DPU e ABPN. 2022. Disponível em: [Relatório Versão Final \(andifes.org.br\)](http://Relat%C3%B3rio%20Vers%C3%A3o%20Final%20(andifes.org.br)) Acesso em: 09 dez 2023

ROSA, Maria Olívia. **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: OBSERVAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO DE BRASÍLIA**. 2014. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito Urbanístico e Regulação Ambiental, Centro Universitário de Brasília (Uniceub/Icpd), Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7835/1/51302834.pdf> . Acesso em: 12 set. 2023.

CAVALCANTI, Aline; OLIVEIRA, Débora, **Dossiê Direito à Cidade Especial Direito a Cidade em Recife**. Coletiva. Acesso em: [Dossiê Direito à Cidade | Especial Direito à Cidade em Recife \(coletiva.org\)](http://Dossi%C3%Aa%20Direito%20%C3%A0%20Cidade%20|%20Especial%20Direito%20%C3%A0%20Cidade%20em%20Recife%20(coletiva.org)) Acesso em: 1 mar. 2024

BRAGA, Emanuel Oliveira. **Dicionário do Patrimônio Cultural: Gentrificação**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao> Acesso em: 1 mar. 2024.

CARDOSO, Fernanda Fonseca. **Nossa Améfrica Ladina: o pensamento (decolonial) de lélia gonzalez.** 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFBA, Salvador, 2021.

MORAES, Demóstenes Andrade de. **ENTRE A SUBCIDADANIA E O DIREITO À CIDADE: estudos críticos sobre a urbanização de favelas no brasil e as zonas especiais de interesse social (ZEIS) no Recife** :: PE. 2019. 379 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba Centro de Tecnologia, João Pessoa – Pb, 2019. Cap. 04.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas.** 2. ed.: Perspectiva, 2013

DEMATTEIS, G. **Geografia Democrática, território e desenvolvimento local,** Formação, n.12, v.2, 2005, p.11-26.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** BoiTempo editorial. 2005.

DORNELLES, Priscila Gomes; POCAHY, Fernando. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

GHIDINI, Roberto **A CAMINHABILIDADE: MEDIDA URBANA SUSTENTÁVEL.** Disponível em: [A caminhabilidade: medida urbana sustentável \(mobilize.org.br\)](http://mobilize.org.br)

IBGE (org.). **IBGE.** 2022. Disponível em: IBGE (org.). **CIDADES IBGE: IBGE.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.. Acesso em: 20 jul. 2022.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional,** [S.L.], v. 21, n. 2, p. 183-193, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

Santos, Antônio Bispo dos. Invasão e Colonização. In: Santos, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília: Incti/Unb, 2015. p. 25-43. Santos, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Edusp, 1978. 288 p.

SANTOS, Milton. **A organização interna das cidades: a cidade caótica.** In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1993b. (p. 95-97)

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos e Mofatras O grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759).**

(ORG.), Jocélio Teles dos Santos. O Impacto das Cotas nas Universidades Brasileiras (2004-

2012). Salvador: Ceao, 2013

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). O impacto das cotas nas universidades brasileiras

(2004-2012). Salvador: CEAO, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 182 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

KON, Anita. Desenvolvimento Regional e Trabalho no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - Abet, 1998. 140 p. (Coleção ABET - Mercado de trabalho, v. 2).

DEMO, Pedro. **SOCIOLOGIA: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1987. 159 p.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**.: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. 214 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

Artes, A.; Ricoldi, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

Acesso em: 26 ago. 2021.

SANTOS, Jouberte Maria Leandro; Mello Sérgio Carvalho Benício de por um “recife possível”. A utopia social contra-hegemônica do movimento direitos urbanos [...] / for a “recife possível”. The counter-hegemonic social utopia of the urban rights movement (du) **Revista de Direito da Cidade**. [S.L.], v.13, n. 3 p. 1292-1326, 2021. DOI: 10.12957/10.12957/rdc.2021.46621. Disponível em: <https://www.e-publicações.uerj.br/rdc/article/view/46621>

Apêndice:

Formulário utilizado para a pesquisa

Este formulário visa subsidiar reflexões do trabalho de conclusão de curso em **Ciências do Consumo**. A pesquisa tem como objetivo geral compreender as formas da colonialidade nas diferentes relações de consumo na sociedade recifense contemporânea, a partir de estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com destaque para as experiências destes estudantes que praticam a cidade a partir de suas experiências cotidianas. Buscamos também identificar a participação deste grupo em movimentos periféricos contra-hegemônicos.

10. A qual curso você está vinculado?
11. Qual ano você ingressou na universidade?
12. Em qual turno você estuda?
13. Outras pessoas no seu núcleo familiar cursaram ou estão cursando um curso superior?
14. Você trabalha?
15. Você recebe alguma bolsa?
16. Quais são os seus principais gastos em relação ao consumo?
17. Em qual bairro você mora?
18. Como você chega na UFRPE (carro, moto, bicicleta, a pé, ônibus, metrô, VLT, transporte de aplicativos)?
19. Você se sente contemplado pelo transporte para chegar até a Universidade Federal Rural de Pernambuco na cidade do Recife?
20. Tente descrever sua rotina diária (horário que sai de casa, deslocamento pela cidade)
21. O que poderia melhorar a sua rotina cotidiana?
22. Você se sente seguro para transitar pela cidade?
23. Você se sente seguro para caminhar próximo ao campus SEDE da UFRPE?
24. A entrada na Universidade modificou a sua estrutura de consumo?
25. Qual a sua percepção sobre a cidade do Recife?
26. Você considera Recife uma cidade igualitária? Explique
27. Quais os principais problemas apontaria em relação a cidade?

28. Quais os principais benefícios da cidade do Recife?
29. Você acessa o que a cidade oferece?
30. Se não, quais são os principais impedimentos?
31. Você identifica que grupos diferentes tem experiências distintas na cidade?
32. Você acessa espaços culturais na cidade? Quais? (Se não, por quê)
33. O que faz no seu tempo livre?
34. Qual o tipo de lazer você pratica?
35. Participa de algum movimento político/cultural?
36. Identifica movimentos político culturais na cidade?